

Entrevista com Ruy Fausto

Filósofo e professor emérito do departamento de Filosofia da USP

A entrevista foi concedida em julho de 2007 a Alexandre Carrasco (Doutor em Filosofia pela USP e professor de Filosofia da UNIFESP).

Professor Ruy Fausto, como primeira questão tentaria juntar os fios de pelos menos duas meadas, nos seguintes termos: se aceitarmos, o que não me parece muito difícil, como fato básico da filosofia contemporânea, a tentativa de pensar uma passagem entre o fato e a norma, entre o empírico e o transcendental, entre a teoria e a prática, em que termos mais precisos poderíamos compreender o núcleo de seu trabalho que gira em torno da passagem ou da tensão entre lógica e política, e em que sentido há, propriamente, dialética, nisto?

Acredito que esses pólos, lógica e política, que estão no título da série principal que eu publiquei, dão bem a idéia do que foi o meu trabalho até aqui. Eu tenho bastante interesse por lógica, embora em lógica formal eu seja amador, mas me interessa muito aquilo que se chama de lógica dialética; e tenho bastante interesse por política.

De certo modo, fiquei entre uma coisa e outra: de um lado, o universo da lógica, que de alguma forma acaba envolvendo a filosofia em geral e, por outro lado, a política, só que por política pode se entender muita coisa. Há filosofia política, teoria política e política no sentido corrente de sucessão de eventos ligados aos diversos poderes e sociedades singulares. Bom, meu projeto girava, desde muito cedo, em torno dos problemas da dialética, que comecei a trabalhar também com interesse político, o que significava igualmente uma preocupação mais geral com a história contemporânea. Eu de certo modo guardei a política no bolso (nos dois últimos sentidos que enumerei); eu não escrevia sobre a política, senão pequenas coisas. Porém, finalmente, fui criando coragem para quebrar os nossos limites de especialização, limites reais, mas que, ao mesmo tempo, ficaram algo fetichizados. Então, tentei articular uma coisa com a outra, o que não é muito

fácil, inclusive em termos de tempo. — Em termos de conteúdo, creio que meu caminho, guardadas as proporções, tem bastante afinidade com a filosofia de Frankfurt, mais especificamente com Adorno, e mais especificamente ainda com o último Adorno, o da Dialética Negativa (e de alguns outros textos, como as "Notas Marginais sobre Teoria e Prática", in *Répliques*). Esse último Adorno é, a meu ver, um crítico do marxismo, mesmo se o marxismo continua tendo um peso considerável no pensamento dele. Ele é um filósofo dialético, mas que faz um duplo caminho, o da crítica de Kant por Hegel, mas também o inverso, se podemos dizer assim, o da crítica de Hegel por Kant.

Born, o problema da política tem uma certa especificidade. Assusto-me com os filósofos por estarem um pouco longe do mundo, o que parece uma fórmula banal. Explico-me: conheço colegas que não se dão conta de que, para falar de política seria preciso acompanhá-la muito mais de perto, e se interessar muito mais por história contemporânea. Há uma espécie de abismo entre o rigor e a informação com que falam de história da filosofia por exemplo, e o caráter "selvagem", quero dizer, o caráter apressado, mal informado, e muitas vezes fanático, das suas intervenções, quando se trata de política. Há uma diferença, sem dúvida, entre o discurso político e o discurso, digamos, de um historiador da filosofia. Mas essa diferença é muito menor

do que eles supõem, ou do que somos levados a supor que eles supõem..., a julgar pelo estilo das suas intervenções. Para você acompanhar a política contemporânea você não pode fazer apenas filosofia, o que é uma obviedade, mas a qual certa vez provocou escândalo por parte de um jovem colega, estudioso da filosofia do séc. XVIII, que me acusou de abandonar (não sei se ele disse "trair") a filosofia (e também o marxismo, mas isso já é outra história). É preciso aceitar a exigência de fazer filosofia *e mais alguma coisa*. Se você optar pela História, você tem que ser um pouco erudito, se preocupar com datas, com fatos. Há aí um tipo de exigência que não é aquela que a gente conhece, exigência de filósofo não passa tanto por isso. Há sabedoria no elogio de Hegel ao que ele chamava de empirismo especulativo de Aristóteles. A paixão de Aristóteles pelos fatos, que no seu caso passava muito (mas não só) pelas ciências naturais, permitia tirar coisas extremamente importantes do que poderia parecer pura contingência. A paixão pelo fato, desde que bem investida, permite penetrar, de certo modo, até o interior dele, e chegar, por esse caminho, à teoria. Tenho a impressão de que os filósofos têm um pouco a ilusão, e no Brasil isso é forte, de que podem falar de muita coisa sem estudar direito os fatos, e em particular, a história contemporânea (entenda-se séculos XX e XXI). O sujeito é

especialista, digamos, em Wittgstein 3 ou Wittgstein 4, não sei quantos Wittgenstein existem agora, e ao mesmo tempo, em política ele se alinha, enfim, isso é um caso-limite, com soluções hiper-radicais, ou então, mesmo que não sejam hiper-radicais, ele não tem nenhuma formação, sabe muito pouco, reage com o coração. Na realidade, as exigências não são tão diferentes. Também em política é preciso conhecer autores, fazer explicação de texto, além de saber o que ocorreu. Por outro lado, existe um fechamento do Brasil em relação à literatura política mais recente, mais interessante.

Normalmente se lêem os livros de extrema esquerda, e, creio, também os de direita, mas todo pensamento crítico que escapa desta clivagem não interessa. Assim, no plano dos historiadores, dos economistas, da sociologia, o que escapa desses modelos entra pouco, entra marginalmente. Penso, por exemplo, nos muitos livros sobre Rússia e sobre China que são publicados um pouco na França e principalmente no mundo anglo-saxão. Toda a literatura dos "liberais" americanos, a esquerda americana, entra muito pouco no Brasil. Enfim, há uma especialização estrita, por um lado, e, por outro, modelos polares de leitura do mundo, se é que se pode falar assim.

Com isso, não se trata absolutamente de comprometer o rigor dos estudos filosóficos. Mas seria necessário um banho de não filosofia.

Professor Ruy Fausto, o senhor conclui a resposta anterior com quase um elogio da política, mas não da "política dos filósofos". Nós sabemos que há hoje no Brasil um boa escola de especialistas, o que sob qualquer ponto de vista, é um avanço. Mas, e gostaria que voltássemos ainda um pouco à filosofia, há uma certa especialização fetichista, em que o rigor do especialista (leitor de certos textos) parece autorizá-lo, para falar em termos hegelianos, a "pensar abstratamente" (isto é, a esquecer o que fica fora da sua especialidade, e da sua "técnica")? Ora, a dialética, que sabe articular pólos opostos, não é também a recusa tanto deste radicalismo abstrato do técnico na leitura de um autor, quanto da erudição empírica vazia?

Há dois problemas. Um é o do destino da dialética. De um certo modo ela se perdeu : o grande momento moderno, contemporâneo, foi Frankfurt (e em Frankfurt, Theodor Adorno), mas, depois de Adorno, não se sabe bem onde ela está. Como o lado propriamente lógico da dialética me interessa muito, observo que os frankfurtianos não se ocuparam muito de lógica, propriamente, mas viviam com a idéia dela na cabeça. Horkheimer (acho que junto com Adorno) dizia inclusive que ia escrever um livro de lógica dialética, não parava de falar nisso. Mas o destino

de Frankfurt é problemático e, principalmente, no campo da lógica, no campo da dialética entendida como lógica. Passando a outros filósofos que reivindicam o marxismo, mas de tipo (e, sem dúvida, de qualidade) muito diferente, encontramos coisas curiosas... Eu me lembro de um pensador esquerdista, que eu detesto particularmente, e que, respondendo a alguém que a certa altura falou em dialética, ele disse: ainda? Esse filósofo continua sendo partidário mais ou menos fanático da Revolução Cultural chinesa, de Mao etc., mas se se tratar de dialética, acha que esta não interessa mais. Ainda a dialética? diz ele. Em compensação acha normal ainda a Revolução Cultural, ainda Stálin, ainda tudo...

É mesmo uma atitude de quem guarda a água suja e joga fora a criança. É preciso repensar tudo isso. — Bom, o problema é que, se essas questões de lógica são muito interessantes, a sua importância geral é relativa. Foi aliás o que me levou, nos últimos tempos, a investir bem mais na política do que na lógica. Mas penso em sair de novo da "caverna" (para o leitor não filósofo: a "caverna" é o mundo "sensível"): quando eu terminar esse ciclo de coisas mais políticas quero voltar à teoria mais "pesada". Porém seria preciso abrir muito mais esses interesses teóricos, e não ficar fixado demais nos problemas de "lógica dialética". Enquanto se fica aí, é um pouco decepcionante. Trata-se de

questões muito interessantes, mas cujo rendimento é relativo, pois os grandes problemas do nosso tempo ficam um pouco de fora, eles são da ordem do "conteúdo" (a lógica dialética é, em princípio, uma lógica "do conteúdo", mas, de qualquer modo, trata-se de um conteúdo formal). É verdade, que, de algum modo, eles têm a ver com a lógica. Por exemplo: com a crítica de uma certa idéia do princípio do "terceiro excluído". Quero dizer que um grande motivo para o pensamento crítico contemporâneo é a crítica do *uso político* do princípio do terceiro excluído. (Claro que não se trata de um problema de lógica formal, mas ele tem alguma coisa a ver com lógica, tomada em sentido mais geral). Essa crítica significa a exigência de supor um *tertius*, um terceiro, a recusa em supor que os inimigos de nossos inimigos são necessariamente nossos amigos. Isso é um princípio fundamental de toda política lúcida para a época contemporânea, marcada por algo assim como por *uma multiplicidade* de horrores. Bom, para além disso — mas se trata de coisas do mesmo universo — há a figura da *interversão* (a passagem de oposto a oposto). É outra figura lógica essencial ao pensamento crítico. Entender como, a partir de um certo limite, uma posição que é justa (em parte, pelo menos), se transforma no seu oposto. Torna-se um *fundamentalismo* funesto. Essa figura crítica também é pouco praticada pela

intelectualidade de esquerda, pelos teóricos como pelos não teóricos. — Num plano mais propriamente teórico, a chamada lógica dialética, se abre para várias direções: há o problema de saber o que isso tem a ver com a fenomenologia, problema que se soma à questão clássica da relação entre lógica formal e lógica transcendental. Há três caminhos, o da lógica dialética, o da lógica formal e o da fenomenologia (incluindo o problema da lógica transcendental) Bom, isso tudo se prolonga, isso tudo permite repensar os problemas de que você falou, o empírico e o transcendental, a norma e o fato, coisas desse tipo.

Gostaria de chamar a atenção para esse ponto: quando falo de erudição e especialização, falo muito da preocupação com problemas técnicos de leitura de texto (ou da compreensão de um filósofo), uma preocupação cujo pressuposto é tecnicista. Essa especialização gira no vazio, ela não se inscreve no mundo no sentido mais geral que é próprio da filosofia, digamos assim, torna-se um fim em si mesmo, sem exatamente poder se tornar um fim em si mesmo. Parece que, para a sua geração, era necessário que a especialização e a boa leitura de textos, esse domínio do "métier" de historiador da filosofia, fosse investido em algo maior.

Por um lado, a especialização é inevitável, e é perigoso você querer forçar a mão, saltar de algum modo a especialização ; isso normalmente dá em bobagem. O sujeito quer escrever sobre Pascal. Isso é não só inevitável, mas evidentemente positivo. A primeira coisa — eu não sei em que medida isso já mudou, deve ter mudado bastante no Brasil — é que o sujeito deve manter vivo o seu sistema de valores. Ele sempre deve julgar : isso é válido ou não é válido, parece ser verdade ou não. Ele faz o seu trabalho sobre Malebranche, Leibniz ou quem for, mas ao mesmo tempo pergunta se tal tese é verdadeira ou não, se tal direção ética serve ou não serve. Para nós, esse questionamento era um pecado, era um pecado para nossos professores franceses. Quer dizer, se você perguntasse se era verdade, você mostrava que não tinha talento para filosofia. Havia aquela famosa conversa: os filósofos criadores no século são cinco ou seis, você acha que está entre os seis? Então faça história da filosofia e se contente com isso. E eu devo dizer que ainda me assusta um pouco, me assusta muito, ver colegas que são excelentes especialistas, e que não sabem bem o que fazer com o objeto deles. Às vezes, aliás, eles dizem isso, o que já é um grande avanço. A competência em história da filosofia não é pequena no Brasil, mas para aonde vai isso? Importa "friccionar"

o autor com o seu próprio (do leitor) sistema de valores. Vá refletindo, sem vergonha da própria ousadia: "eu acho que isso é besteira", "isso eu acho interessante", "isso parece servir para o nosso tempo, isso parece que não serve". Bom, você mantém o seu próprio juízo, não o reprime, se o reprimir está perdido.

Em geral não se faz isto, e pior ainda, já disse, acredita-se, muitas vezes, que, em história da filosofia, impõe-se um "refoulement" radical do próprio juízo. Em geral, devo dizer que a regra cartesiana da evidência (só aceitar o que lhe parecer evidente) essa regra que o Leibniz considerava como vazia (e cuja "operacionalidade" para as ciências naturais Gaston Bachelard contestava), é uma regra de ouro, tanto para a orientação filosófica em geral, como para a política. Pensa cada problema, não põe de lado o problema da verdade (mesmo se provisoriamente, um "pôr entre parênteses" pode ser necessário), por outro lado — o outro extremo, que paradoxalmente às vezes vem junto — não utiliza sem mais a tua "grade" teórica ou política, que te dá respostas rápidas para tudo. Diante de cada problema, pense quais evidências você tem ou não tem, experimente posições que não sejam as suas para ver até onde vão. Outra lição cartesiana, o que se diz no Discurso do Método (também parece banalidade): é preciso estudar não para resolver tal ou qual problema da escola, mas para, diante de cada problema da

vida, encontrar o caminho a seguir. Bom, isso não só parece banal, mas evidentemente tem os seus riscos (eu não recordaria esse tema cartesiano, na universidade brasileira dos anos 50 ou 60, mas hoje recordo), é uma idéia que pode ter muito valor para os nossos universitários de hoje, quero dizer: é preciso pensar para se reorientar, procurar evidências para encontrar o seu caminho.

Professor Ruy Fausto, quando o senhor fala em política, e em educar o juízo, penso muito imediatamente no livro da Hannah Arendt, Ensaio sobre a Banalidade do Mal, em que ela notava que diante da catástrofe as pessoas que mais se dispunham a dizer "não" àquele Mal eram as mais comuns e triviais, eram pessoas que não eram nem religiosas, nem especialistas, nem notáveis, eram simplesmente pessoas comuns que se sentiam na obrigação de dizer que não queriam participar daquilo, sem exatamente saber qual a razão disso, quer dizer, havia um imperativo moral que se fundamenta no próprio ato, e dispensava uma razão externa, mas não alguma coisa como uma "educação do juízo".

É verdade. Mas a questão é complicada. Por um lado existe a consciência, há o imperativo moral que te impede fazer certas coisas, nas situações-limite. Às vezes, a situação é bem clara, não

exige grande saber (só talvez uma auto-educação moral). Mas às vezes, o imperativo moral é, digamos, insuficiente, porque você tem que saber o que vai fazer, é um problema de escolhas múltiplas; você tem que saber muito, se você não conhecer bem a situação, a decisão é difícil. Passo aqui a um plano mais geral, que não é somente o da decisão moral, mas também o das decisões políticas e, mesmo o das opções políticas. Tem gente que se move bem intuitivamente, também isso é verdade, eu conheço gente que não sabe muita coisa mas decide bem: isso aí eu não quero, aquilo não serve. Mas nem sempre isto acontece. Se não tiver informação, esse julgamento é frágil. Mas é difícil você acompanhar bem tudo o que acontece de importante no mundo contemporâneo. Entre outras coisas, pensando nos nossos colegas, o peso dos compromissos universitários não facilita muito aquela compreensão, a pessoa tem muita coisa para fazer e, de certo modo, se perde no mundo. — Sobre a Arendt, permita-me uma observação sobre a obra, não sobre o tema preciso que você mencionou. Acho que *As Origens do Totalitarismo* é um livro que para o totalitarismo é, um pouco, o que representa O Capital para o capitalismo (embora, no detalhe, ele tenha sido bastante criticado, penso principalmente nas objeções de Claude Lefort). Infelizmente a esquerda não lia, não estudava Arendt. Hoje, há bastante

gente que a estuda (embora os preconceitos contra ela continuem existindo na extrema-esquerda), mas não sei se tiram o melhor dessa leitura.

Para concluir gostaria que falasse um pouco de seu último livro, *A esquerda difícil*, cuja relação com tudo o que acabamos de conversar parece bastante clara.

O livro se chama *A esquerda difícil*, em torno do paradigma e do destino das revoluções no século XX, e alguns outros temas. O paradigma a que me refiro no subtítulo é o marxismo.

De fato, o livro tem muita coisa de crítica do marxismo (uma crítica que não é, simplesmente, negativa), inclusive um artigo teórico, praticamente inédito no Brasil — ele saíra em português só numa revista de pequena circulação — a respeito da política de Marx.

Ao mesmo tempo, ele traz o esboço de um balanço das revoluções do século XX, sob a forma de textos sobre Lênin, Trótski, Stálin, e também Kautsky (a propósito do bolchevismo), e, também, de forma mais direta, no longo artigo final sobre as revoluções do século XX, que é um desenvolvimento de uma conferência que fiz há alguns anos, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Tento descrever o destino trágico das chamadas revoluções comunistas do século XX, e tirar algumas conseqüências daquelas experiências negativas (resumindo as coisas, do fato de que elas

desembocaram em genocídios).
Meu problema é, em geral, o do futuro
do socialismo democrático. Espero
publicar no ano que vem a série de
trabalhos que ficou fora deste volume,
e que trata principalmente do Brasil,
mas também de Cuba (crítica do
castrismo), e da França.

rapsódia rapsódia

almanac of philosophy and art

2 may 2008

- 5 **Poems**
Ruy Fausto
- 9 **Poems**
Harley Juliano Mantovani
- 13 **Voices of Africa**
(*Vozes d'África*)
Castro Alves
- 25 **Mirror of the I, World Encyclopaedia.**
Michel Leiris and the Text of Memory
Osvaldo Fontes Filho
- 51 **Hume's On the Standard of Taste:**
critique and rationality
Andrea Cachel
- 65 **Diderot in Black and White:**
the Passions of Mlle d'Alison
and Mme de La Pommeraye,
according to Robert Bresson
Maria Cecília de Miranda N. Coelho
- 97 **The 17th. Century**
and the Pictorial Expression of Passions
Leila de Aguiar Costa
- 109 **The Expression of Passions**
Charles Le Brun
- 123 **Imaginação (Belas-artes)**
Johann Georg Sulzer
- 137 **On Goethe (1798)**
Novalis
- 141 **Don Juan, Hero of Modernity**
Aléxia Bretas
- 155 **Love in Kierkegaard:**
from Erotic Love to Fraternal Love
Marcio Gimenes de Paula
- 172 **Iemanjá**
Gal Oppido' photographic essay
- 183 **Interview with**
Ruy Fausto

Instruções para os autores

1. Os trabalhos enviados para publicação devem ser inéditos, conter no máximo 40 laudas (30 linhas x 70 toques) e obedecer às normas técnicas da ABNT (NB 61 e NB 65) adaptadas para textos filosóficos.

2. Os artigos devem ser acompanhados de resumo de até 100 palavras, em português e inglês (abstract), palavras-chave em português e inglês e referências bibliográficas. As obras citadas devem ser ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do autor e numeradas em ordem crescente, obedecendo às normas de referência bibliográfica da ABNT (NBR 6023).

3. A comissão executiva reserva-se o direito de aceitar, recusar ou reapresentar o original ao autor com sugestões de mudanças. Os relatórios de parecer permanecerão em sigilo.

Notes to contributors

1. Articles are considered on the assumption that they have not been published wholly or in part, elsewhere. Contributions should not normally exceed forty double-space pages.

2. A summary abstract of up to 100 words should be attached to the article. A bibliographical list of cited references beginning with the author's last name, initials, followed by the year of publication in parentheses, should be headed 'References' and placed on a separate sheet in alphabetical order.

3. All articles will be strictly refereed.

A impressão deste periódico foi feita com o apoio do CNPq.

Esta revista foi composta em Matrix.

Impressa sobre papel Pólen Bold Natural 90 g/m² e Color Plus Amsterdã 120 g/m².

Impressa e acabada pela Humanitas em julho de 2008.